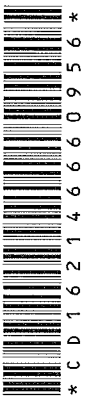


A delegação brasileira foi chefiada pelo Senador Ciro Nogueira (PP/PI), e integrada pelos Senadores Antônio Anastásia (PSDB/MG), Gladson Cameli (PP/AC), Sérgio Petecão (PSD/AC) e Wilder Moraes (PP/GO), a Deputada Maria Helena (PSB/RR) e os Deputados Átila Lins (PSD/AM), Claudio Cajado (DEM/BA) e João Carlos Bacelar (PR/BA). A Embaixadora Regina Dunlop, Chefe da Missão Brasileira junto às Nações Unidas, e sua equipe, prestaram apoio à delegação. O Chefe de Gabinete da Secretaria de Relações Internacionais da Câmara dos Deputados, Marcos Loureiro, e Silvia Cabral de Araujo, Secretária Administrativa do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, assessorando a delegação. O Secretário-Geral do Senado, Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, acompanhou os trabalhos da ASGP-Associação dos Secretários-gerais de Paramentos durante a Assembleia.

No dia 21 de outubro, o Comitê Executivo manteve encontro prévio à Assembleia. Eu, representando os países Latino-Americanos e do Caribe, e o Sr. Marcos Loureiro participamos dessa reunião. A extensa pauta de trabalho aprovou o orçamento da União Interparlamentar para 2017 com um acréscimo de 1,5% nas contribuições dos países Membros. O Comitê Executivo aprovou, também, o calendário das reuniões para 2017.

No dia 22 de outubro, os parlamentares brasileiros participaram da reunião ordinária do GRULAC – Grupo de Parlamentares de países Latino-Americanos e do Caribe. Após as palavras de boas vindas do Presidente do GRULAC, Deputado Roberto León (Chile), a reunião aprovou as atas das sessões do GRULAC realizadas em Lusaka, Zâmbia, e examinou as solicitações de inclusão de um ponto de urgência na Ordem do Dia da 135ª Assembleia, não havendo acordo para votação em bloco. Em seguida, o Senador Juan Manuel Corzo (Colômbia) fez um relato sobre o acordo de paz na Colômbia. Ao final da reunião, foi realizada a eleição das vagas da UIP destinadas para o GRULAC, bem como a eleição da Mesa Diretora do GRULAC. A Senadora Ivonne Passada (Uruguai) foi eleita Presidente do GRULAC. Para Primeiro Vice-



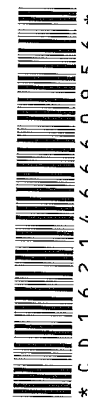


Presidente foi eleito o Senador Rodolfo Urtubey (Argentina) e para a Segunda Vice-Presidência foram eleitos a parlamentar Maria Augusta Calle (Equador) e o Deputado Melvin Bouvay (Suriname), permanecendo cada um por 1 ano na Vice-presidência. Após a retirada da candidatura do Senador Juan Pablo Letelier, o GRULAC aprovou por consenso a indicação da Deputada Yolanda Ferrer para o Comitê Executivo da UIP. Foram aprovados ainda os nomes da Congressista Rosa Maria Bartra Barriga (Peru) para a Terceira Comissão Permanente da UIP, a Senadora Marcela Guerra (México) e a Senadora Carmen Lucila Crexel (Argentina) para o Comitê de Redação do Ponto de urgência, o Senador Federico Pinedo (Argentina) para o Comitê de Direitos Humanos de Parlamentares, e a Deputada Dinorah Figuera (Venezuela) para o Comitê encarregado de promover o Direito Humanitário Internacional.

No dia 23 de outubro pela manhã ocorreu a Reunião de Mulheres Parlamentares com o debate sobre *A liberdade de mulheres participarem de processos políticos de forma segura e sem interferência*. A Deputada Maria Helena representou o Brasil na reunião e foi acompanhada pela diplomata Márcia Canário, que auxiliou a Deputada Maria Helena em suas intervenções.

Na tarde do dia 23, o Brasil convocou reunião de parlamentares da CPLP. Coube a mim presidir a reunião, em nome do Presidente Rodrigo Maia. Além do Brasil, participaram da reunião parlamentares de Angola, Cabo Verde, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. A reunião tratou de assuntos das equipes de interpretação durante as Assembleias da UIP e analisou as solicitações de inclusão de pontos de urgência. A delegação de Portugal fez levantamento de custos para incluir o português nas reuniões das Comissões da UIP, o que faria com que os custos dobrassem de valor. Hoje, os países de língua portuguesa fazem um rateio de aproximadamente 15 mil Euros para ter o idioma na Reunião de Mulheres Parlamentares, no Conselho Diretor e nas sessões plenárias da Assembleia da UIP.

No início da noite do dia 23, o Brasil participou da reunião de parlamentares dos BRICS, convocada pela Sra. Sumitra Mahajan, Presidente do



* C D 1 6 2 1 4 6 6 0 9 5 6 *



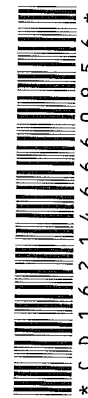
Parlamento da Índia. O Brasil foi representado pelo Senador Antônio Anastasia e o por mim. Na ocasião, li a mensagem enviada pelo Presidente Rodrigo Maia. Em seguida, a Presidente Mahajan ofereceu jantar para todos os participantes.

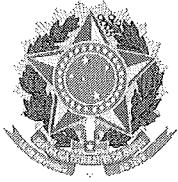


Representantes dos países membros dos BRIC'S

A abertura da 135ª Assembleia da UIP ocorreu no dia 24 e contou com a participação do Presidente da UIP, Sr. Saber Chowdhury, do Secretário-Geral Sr. Martin Chungong, o Diretor-Geral da ONU em Genebra, Sr. Michael Moller, e a Sra. Fawzia Koofi, Parlamentar do Afeganistão, membro da UIP na Comissão de Direitos Humanos de Parlamentares. Teve início o debate geral em plenário e, no final da tarde, a votação do ponto de urgência para inclusão na Ordem do Dia da Assembleia. O Brasil conta com 22 votos e votou no ponto de urgência apresentado pelo México em conjunto com a Alemanha *A guerra e a severa situação humanitária na Síria, particularmente em Aleppo*. Paralelamente, nesse mesmo dia, houve reunião do Fórum de Jovens Parlamentares e da Comissão de Democracia e Direitos Humanos.

Na manhã do dia 25, ocorreu o debate sobre o ponto de urgência e, no final da Assembleia, foi adotada por consenso uma resolução sobre o tema que condena crimes contra civis e faz um apelo para reinstaurar o



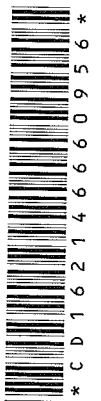


acordo de cessar fogo de 12 de setembro de 2016. A resolução também clama os parlamentares para fazerem um apelo aos Governos para apoiarem a campanha da UNESCO Unite4heritage, uma iniciativa que resulta da destruição de patrimônios culturais da humanidade na Síria e no Iraque a fim de salvaguardar os patrimônios culturais.

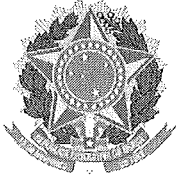


Ainda no dia 25, no período da tarde, proferi discurso na sessão plenária da 135ª Assembleia da UIP em nome da delegação brasileira (discurso em anexo).

No dia 26, ocorreu uma reunião bilateral entre Brasil e Israel, solicitada por Israel. Participaram o Deputado Nachman Shai e a Sra. Yardena Meller-Horovitz, Secretária Geral do Knesset do Parlamento Israelense, que falou um pouco sobre questões demográficas de seu país. O Senador Antônio



* C D 1 6 2 1 4 6 6 6 0 9 5 6 *



Anastasia elucidou que os árabes cristãos no Brasil são oriundos dos territórios do antigo Império Otomano que hoje correspondem à Síria e ao Líbano. O Senador destacou, ainda, a integração e adaptação total com o povo brasileiro. O Deputado Nachman Shai demonstrou interesse em visitar o Brasil e destacou um vasto número de ações a serem feitas entre ambos os países. Destacou a superação de entraves e o fortalecimento das relações diplomáticas, destacando a indicação de um Embaixador. A Embaixadora Regina Dunlop reforçou a necessidade de se fortalecer o grupo parlamentar de amizade, para ampliação da cooperação parlamentar entre as Casas Legislativas.

O debate-geral continuou nos dias 26 e 27 e, ao final do debate, os parlamentares aprovaram as seguintes recomendações, que devem constituir o marco geral para as medidas específicas a serem tomadas para combater e erradicar os fatores suscetíveis de levar a conflitos:

1. - Prevenir as violações dos direitos humanos, assegurando que as normas internacionais sejam aplicadas nas legislações internas, e que esta legislação seja aplicada mediante a elaboração de políticas e programas concretos;
2. . Enfrentar as violações dos direitos humanos, quando ocorrerem, assegurando que sejam criados órgãos encarregados de examinar as denúncias dos cidadãos, criando e implementando procedimentos eficazes para assegurar que os parlamentares possam se expressar livremente, sem medo de represálias, atuando solidariamente com todos os parlamentares do mundo quando seus direitos estejam em perigo;
3. - Construir uma sociedade aberta e integrada através de cooperação mais estreita com todas as partes interessadas, construindo uma cultura de igualdade, justiça social, paz e solidariedade nas comunidades, independente de opiniões políticas, idade, sexo, religião e status social.
4. Estas recomendações constituem a base da contribuição para a luta contra as violações dos direitos humanos.





Encerro o presente relato convicto de que a delegação do nosso Congresso Nacional teve uma participação de alto nível na Conferência da UIP, bem como nós encontros internacionais paralelos.

Para efeito de prestação, encaminho abaixo, discurso por mim pronunciado, como Vice-Presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, por ocasião da 135ª Assembleia Geral da UIP, em Genebra.

Senhor Presidente,
Caros colegas parlamentares,

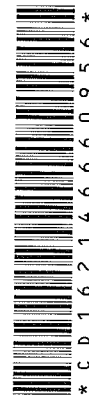
Primeiramente gostaria de agradecer, em nome do presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, senador Ciro Nogueira, a cordialidade com que a delegação brasileira foi recebida aqui em Genebra.

Quero também cumprimentar os organizadores desta Assembleia Geral, em especial os parlamentares envolvidos e o Secretariado da UIP.

❖ SAUDAÇÃO GUTERRES

O tema desse encontro requer muita atenção e empenho, principalmente porque o mundo se vê diante de questões tocantes relativas aos direitos humanos.

A crise dos refugiados, que gerou a maior onda migratória desde a Segunda Guerra Mundial; fome e pobreza; intolerância religiosa; limitações à liberdade de expressão; guerras; violência e discriminação sexual; falta de oportunidades e de acesso à educação; mortes por doenças curáveis e vários outros problemas impõem-se como desafios não só econômicos e sociais, mas também legislativos.





Nenhum país está imune a violações de direitos humanos, por mais desenvolvido que seja.

Por isso é que nós, parlamentares, além da obrigação de trabalharmos por soluções, devemos nos concentrar também em ações preventivas nas mais diversas áreas, na busca de qualidade de vida e dignidade para os cidadãos que nos escolheram para representá-los.

É fato que o custo de solucionar problemas na maioria das vezes é infinitamente maior que o de preveni-los.

E o agir preventivamente está ao nosso alcance na medida em que somos os elaboradores dos orçamentos públicos em nossos países.

Definir investimentos e políticas compatíveis com a solução de problemas atuais e a prevenção de situações que possam surgir é uma meta ambiciosa, sem dúvida, principalmente quando o cenário econômico não é favorável.

Nós, deputados e senadores brasileiros, estamos nesse momento ajustando o orçamento do nosso país com extrema responsabilidade.

Um teto de gastos está sendo criado, mas asseguro aos senhores que áreas prioritárias, como educação e saúde, estão sendo resguardadas com o máximo esforço.

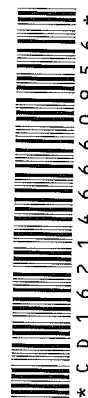
Isso porque temos a consciência de que saúde e educação são pilares básicos dos direitos humanos.

Acredito fortemente no poder da educação para mudar o destino da humanidade.

O ensinamento de Pitágoras, há mais de 2.500 nos, permanece atual: "educai as crianças e não será preciso punir os homens".

Por isso, quero aqui chamar a atenção para esse enorme desafio da atuação preventiva; se nós, legisladores, obtivermos êxito nessa tarefa, certamente daqui a alguns anos nos reuniremos nesta Assembleia para que cada país apresente inúmeros dados positivos e inovações legislativas.

No Brasil temos encarado os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como um excelente caminho neste sentido, uma vez que ao tentar



7
Shirley



cumprir todas as metas temos a oportunidade de solucionar questões cruciais e ao mesmo tempo investir no futuro.

Nosso país tem claramente a ambição de resolver suas questões internas e servir de exemplo a outras nações.

Desde os Objetivos do Milênio, o Brasil tem sido pioneiro nas políticas de redução da pobreza e da desigualdade e inclusive foi retirado do Mapa Mundial da Fome, segundo relatório das Nações Unidas para a Alimentação.

Conseguimos ir além da agenda pactuada nos Objetivos do Milênio em muitas áreas e estamos trabalhando arduamente para fazer o mesmo em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Senhor presidente, nobres colegas,

Permito-me acrescentar, antes de encerrar, nossa preocupação com a violação das prerrogativas e competências do Poder Legislativo. Ao se atentar contra a autonomia do Parlamento e violar a independência dos Poderes, estamos ferindo de morte a democracia. Há de se preservar a qualquer custo a separação dos Poderes, para que o Executivo, o Legislativo e o Judiciário possam coexistir harmonicamente.

Ao finalizar, aproveito para celebrar com todos vocês o aniversário de 40 anos do Comitê de Direitos Humanos de Parlamentares da UIP, que realiza um belíssimo trabalho de proteção daqueles que se dedicam à defesa de causas importantes para seus representados.


Deputado Átila Lins – PSD/AM

